



CADERNO DE ENCARGOS

9/2022/DOUMA

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE VALETAS E REMOÇÃO DE ELEMENTOS RESIDUAIS - EM 331-1, EM 324 E EM 614

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA



Índice

Parte I – Cláusulas Jurídicas

Capítulo I – Disposições gerais	3
Cláusula 1. ^a – Objeto.....	3
Cláusula 2. ^a – Contrato	3
Cláusula 3. ^a – Prazo.....	3
Capítulo II – Obrigações contratuais	3
Secção I – Obrigações do Prestador de Serviços	3
Cláusula 4. ^a – Obrigações principais do Prestador de Serviços.....	3
Cláusula 5. ^a – Fases da prestação do serviço	4
Cláusula 6. ^a – Forma de prestação do serviço.....	4
Cláusula 7. ^a – Prazo de prestação do serviço	4
Cláusula 8. ^a – Objeto do dever de sigilo	4
Cláusula 9. ^a – Prazo do dever de sigilo.....	4
Secção II – Obrigações do contraente público	5
Cláusula 10. ^a – Preço contratual.....	5
Cláusula 11. ^a – Condições de pagamento	5
Capítulo III – Penalidades contratuais e resolução	5
Cláusula 12. ^a – Penalidades contratuais.....	5
Cláusula 13. ^a – Força maior	6
Cláusula 14. ^a – Resolução por parte do contraente público.....	6
Cláusula 15. ^a – Resolução por parte do Prestador de Serviços.....	6
Capítulo IV – Caução e seguros	7
Cláusula 16. ^a – Execução da caução	7
Cláusula 17. ^a – Seguros	7
Capítulo V – Resolução de litígios	7
Cláusula 18. ^a – Foro competente	7
Capítulo VI – Disposições finais.....	7
Cláusula 19. ^a – Subcontratação e cessão da posição contratual.....	7
Cláusula 20. ^a – Comunicações e notificações.....	8
Cláusula 21. ^a – Contagem dos prazos.....	8
Cláusula 22. ^a – Legislação aplicável.....	8

Parte II – Cláusulas Técnicas

Clausula 1 ^a – Objeto da aquisição dos serviços	9
Clausula 2 ^a – Disposições específicas	9

ANEXOS

Parte I – Cláusulas Jurídicas

Capítulo I Disposições gerais

Cláusula 1.^a Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços relativa a «09/20222/DOUMA – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA LIMPEZA DE BERMAS E REMOÇÃO DE ELEMENTOS RESIDUAIS - EM 331-1, EN 324 E EM 614», no concelho de Vila Nova de Foz Coa, de acordo com as Cláusulas Técnicas descritas na Parte II deste Caderno de Encargos.

Cláusula 2.^a Contrato

- 1 — O Contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 — O Contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do Contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.^a Prazo

O Contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

Capítulo II Obrigações contratuais

Secção I Obrigações do Prestador de Serviços

Cláusula 4.^a Obrigações principais do Prestador de Serviços

- 1 — Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do Contrato decorrem para o Prestador de Serviços as seguintes obrigações principais:
 - a) Execução de todos os trabalhos previstos no caderno de encargos.



2 — A título acessório, o Prestador de Serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.^a

Fases da prestação do serviço

Os serviços objeto do Contrato compreendem apenas uma fase que abrange a execução total dos serviços incluídos no contrato.

Cláusula 6.^a

Forma de prestação do serviço

1 — Para o acompanhamento da execução do Contrato, o Prestador de Serviços fica obrigado a manter, com uma periodicidade quinzenal, reuniões de coordenação com os representantes do Contraente Público, das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião.

2 — As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de marcação no início da prestação dos serviços.

3 — Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo Prestador de Serviços devem ser integralmente redigidos em português.

Cláusula 7.^a

Prazo de prestação do serviço

1 — O Prestador de Serviços obriga-se a concluir a execução da totalidade dos serviços no prazo de **60 dias** após a assinatura do contrato.

2 — Os prazos previstos nos números anteriores podem ser prorrogados por iniciativa do Contraente Público ou a requerimento do Prestador de Serviços devidamente fundamentado.

Cláusula 8.^a

Objeto do dever de sigilo

1 — O Prestador de Serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Contraente Público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do Contrato.

2 — A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do Contrato.

3 — Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Prestador de Serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 9.^a

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de **2** (dois) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do Contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredo comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II

Obrigações do contraente público

Cláusula 10.^a

Preço contratual

- 1 — Pela prestação dos serviços objeto do Contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Contraente Público deve pagar ao Prestador de Serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 2 — O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 97.º do CCP.

Cláusula 11.^a

Condições de pagamento

- 1 — Quinzenalmente será feita a medição dos trabalhos realizados e elaborado auto de medição respetivo. Os Valores das faturas a emitir serão os que resultarem de um ou mais autos de medição.
- 2 — A(s) quantia(s) devidas pelo Contraente Público, deve(m) ser paga(s) no prazo de **60** (sessenta) dias após a receção pelo Contraente Público das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
- 3 — Em caso de discordância por parte do Contraente Público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao Prestador de Serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o Prestador de Serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 4 — Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 12.^a

Penalidades contratuais

- 1 — Pelo incumprimento de obrigações emergentes do Contrato, o Contraente Público pode exigir do Prestador de Serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
- a) Pelo incumprimento do prazo de final da prestação de serviços, até:
- Um por mil, nos primeiros quinze dias;
 - Dois por mil, a partir do décimo sexto e até ao trigésimo dia;
 - Três por mil, a partir do trigésimo primeiro dia até ao quadragésimo quinto dia; e
 - Quatro por mil, a partir do quadragésimo sexto dia até ao sexagésimo dia.
- 2 — Na determinação da gravidade do incumprimento, o Contraente Público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Prestador de Serviços e as consequências do incumprimento.
- 3 — Nas situações enquadráveis no n.º anterior, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 308.º do CCP, e atento o preceituado na alínea c) do n.º 2 do artigo 307.º do CCP, deverá ser assegurado ao Prestador de Serviços o direito de audiência prévia, tal como regulado no Código do Procedimento Administrativo, relativamente à intenção de aplicação da sanção.
- 4 — O Contraente Público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do Contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

5 — As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Contraente Público exija uma indemnização pelo dano excedente.

6 — Verificando-se a rescisão do Contrato por facto não imputável ao Prestador de Serviços, terá este direito, cumulativamente, às seguintes indemnizações:

- a) A 10% (dez por cento) do valor dos serviços por executar.

Cláusula 13.^a

Força maior

1 — Não podem ser impostas penalidades ao Prestador de Serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do Contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 — Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 — Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Prestador de Serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Prestador de Serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Prestador de Serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Prestador de Serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Prestador de Serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Prestador de Serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 — A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 — A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 14.^a

Resolução por parte do Contraente Público

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Contraente Público pode resolver o Contrato, a título sancionatório, no caso de o Prestador de Serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Pelo atraso na conclusão dos serviços superior a **15** (quinze) dias ou declaração escrita do Prestador de Serviços de que o atraso respetivo excederá esse prazo;
- b) Pela verificação de graves erros, negligência ou omissões, imputáveis ao Prestador de Serviços.

2 — O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Prestador de Serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público.

Cláusula 15.^a

Resolução por parte do Prestador de Serviços

O Prestador de Serviços pode resolver o Contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

Capítulo IV **Caução e seguros**

Cláusula 16.^a **Execução da caução**

- 1 — A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato, nos termos do programa do procedimento, pode ser executada pelo Contraente Público, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo Prestador de Serviços das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no Contrato ou na lei.
- 2 — A resolução do Contrato pelo Contraente Público não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.
- 3 — A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o Prestador de Serviços na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 15 dias após a notificação do Contraente Público para esse efeito.
- 4 — A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do CCP.

Cláusula 17.^a **Seguros**

- 1 — É da responsabilidade do Prestador de Serviços a cobertura, através de Contratos de seguro, dos seguintes riscos:
 - Danos patrimoniais e não patrimoniais causados a terceiros em resultado de atos, omissões ou negligência por eles cometidos exclusivamente no decurso da sua atividade;
 - Riscos de acidentes pessoais de todos os trabalhadores afetos à prestação do serviço.
- 2 — O Contraente Público pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos Contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o Prestador de Serviços fornecê-la no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Capítulo V **Resolução de litígios**

Cláusula 18.^a **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI **Disposições finais**

Cláusula 19.^a **Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo Prestador de Serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.



Cláusula 20.^a

Comunicações e notificações

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do Contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no Contrato.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do Contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 21.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no Contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 22.^a

Legislação aplicável

O Contrato é regulado pela legislação portuguesa.

Parte II – Cláusulas Técnicas

Cláusula 1ª

Objeto da aquisição de serviços

O Município de Vila Nova de Foz Côa pretende contratar a aquisição de serviços para a LIMPEZA DE BERMAS E REMOÇÃO DE ELEMENTOS RESIDUAIS - EM 331-1, EN 324 E EM 614, a ter lugar no concelho de Vila Nova de Foz Côa, de modo a facilitar o escoamento das águas superficiais para os órgãos de drenagem, promovendo a conservação dos pavimentos.

As vias municipais onde se pretende intervir no âmbito da presente prestação de serviços encontram-se listadas no ANEXO 2 das peças desenhadas constantes deste Caderno de Encargos, que totalizam uma extensão, de eixo de via, de 24,90 km (troços predominantemente rurais), onde estão assinalados todos os elementos (valetas, bermas, passagens hidráulicas, etc...) a usufruir desta prestação de serviços. Os troços das vias a intervir estão assinalados na planta de localização ANEXO 3 com cor “Azul” a EM 331-1, cor “Laranja” a EM614 e a cor “Vermelha” a EN 324. O ANEXO 1 contém o mapa de quantidades e preços unitários para o valor base. O ANEXO 4 contém uma pequena memória descritiva integrante deste caderno de encargos com um registo fotográfico dos elementos a intervencionar.

Cláusula 2ª

Disposições específicas

1 – Todos os trabalhos a executar terão de ter em conta a segurança de quem os está a prestar bem como dos utilizadores da via, sendo que não haverá um corte total da mesma. Para isso o adjudicatário terá de cumprir o estipulado no Regulamento de Sinalização do Trânsito, regido pelo Decreto Regulamentar n.º 22-A/98.

2 – Pretendesse efetuar uma recolha de todos os resíduos anteriormente descritos, em toda a extensão de intervenção de valeta, serventias, bermas com lancil, muros com bueiros e passagens hidráulicas, incluindo a eliminação pontual de árvores caídas, bem como paus, ramos e lixos que estejam aglomerados nas suas imediações. É da maior importância retirar dos órgãos de drenagem o material inerte por forma a garantir condições de escoamento para tal efeito.

3 – Inclui-se na prestação de serviços o transporte a depósito dos produtos sobrantes. Estes devem ser recebidos em instalações devidamente credenciadas para o seu tratamento/reciclagem.

4 – A entidade adjudicante fará o acompanhamento dos trabalhos que considere conveniente, solicitando informações tão completas quanto necessário.

Ao adjudicatário caberá obter todos os elementos e informações técnicas necessárias à elaboração rigorosa dos elementos requeridos.

5 – Áreas de intervenção e forma de execução:

- As passagens hidráulicas e serventias pressupõem para além da retirada de todos os resíduos referidos no ponto 2, uma limpeza com jato de água por forma a ficarem completamente desobstruídas.
- Em bermas com lancil a limpeza será efetuada desde o centro da via até 20cm após o lancil e até à cota do mesmo, isto num perfil transversal à via.
- A intervenção nas valetas contempla um metro de berma adjacente, onde seja aplicável, isto num perfil transversal à via.



ANEXOS

- 1 – Lista de preços unitários e mapa de quantidades;
- 2 – Peças desenhadas com indicação da localização dos elementos a usufruir do serviço de limpeza;
- 3 – Planta de Localização com os troços a intervencionar;
- 4 – Memória descritiva e justificativa;
- 5 – PPGRCC;